

Novo secretário nacional de Portos vai priorizar autonomia das Docas.

Presidente da Codesp, José Alex Oliva concorda com posição de Luiz Otávio Campos

Em sua primeira visita oficial ao Porto de Santos como secretário nacional de Portos, Luiz Otávio Campos – que já ocupou a presidência do Conselho de Administração da Codesp – afirmou que tem como prioridade, à frente da pasta, reforçar a autonomia dos gestores das companhias docas.

“A prioridade que nós temos é melhorar e aumentar a autonomia da diretoria executiva e das pessoas que vivem as dificuldades no Porto. Se nós melhorarmos a autonomia, vamos trazer melhorias”, afirma.

Campos dá como exemplo a intervenção que promoveu na gestão da Usina de Itatinga, em Bertioga – a unidade, de propriedade da Codesp, produz a maioria da eletricidade consumida nas operações do Porto. “Há mais de 100 anos, nós tínhamos energia própria aqui em Santos. Mas isso era um prejuízo para a empresa, que disponibilizava R\$ 30 milhões por ano para manter a geração de energia (na usina). Com a nossa gestão, passamos a economizar. Ao invés de gastarmos R\$ 30 milhões, tivemos um resultado positivo de R\$10 milhões, simplesmente cobrando a tarifa pública na energia”, conta.

O presidente da Codesp, José Alex Oliva, concorda que a autonomia traz benefícios para a gestão do Porto. Enquanto um processo para demolir um armazém antigo pode levar até 8 meses tramitando em Brasília, ele consegue finalizar os trabalhos e começar uma nova obra em 90 dias. “Nós temos que ter essa autonomia para resolver a situação o mais rápido possível”.

Enquanto a União estuda privatizar a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e estadualizar o Porto de Suape, em Pernambuco (que deve ocorrer amanhã), não há previsão de alteração no formato da administração do Porto de Santos. “A Codesp continua como está. O nosso projeto é modernizar, é ouvir e fazer com que a Codesp tenha maior autonomia para resolver os problemas do dia a dia. A questão de abrir capital, de estadualizar, de aumentar a participação de pessoas de fora está sendo analisado pelo Ministério dos Transportes e pela Casa Civil da Presidência da República”, garante Campos.

Fonte: **A Tribuna**
<http://www.atribuna.com.br>